

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EEEP IRMÃ ANA ZÉLIA DA FONSECA: desafios e avanços

Cícera Alves Agostinho de Sá¹
Dezângela Aguiar Moreira²
Márcia Pereira da Silva Franca³

RESUMO

O racismo estrutural no Brasil é consequência do processo de escravização de africanos no período de colonização, marcado pela organização político-social pautada na cultura eurocêntrica, que privilegia(va) e contempla(va) apenas a população branca e seus descendentes. A promulgação da Lei 10.639 (BRASIL, 2003) estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, a fim de mitigar os efeitos das práticas racistas que foram e são replicadas no território nacional, em diferentes contextos e de modos diversos. Em consonância com essa orientação legal, a Escola Estadual de Educação Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, localizada em Milagres-CE implementa uma agenda anual de ações antirracistas, na tentativa de encorajar os negros da instituição a se reconhecerem como afrodescendentes, bem como a lutar por respeito e tratamento equivalente ao dispensado a pessoas de outras etnias. Assim sendo, o objetivo deste trabalho consiste em analisar as ações da agenda de atividades antirracistas, deste ano letivo de 2023. Esta pesquisa se pauta nas orientações legais da Lei 10. 639 (BRASIL, 2003) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), como também nas contribuições teóricas de Almeida (2019), Araújo e Maeso (2016), Fanon (2008) e Santos (2017). No campo metodológico, adotam-se as orientações legais constantes na referida legislação para discorrer sobre a educação antirracista e os constructos teóricos referendados para se discorrer sobre a importância e eficácia das ações antirracistas planejadas e realizadas na instituição citada. Os resultados parciais apontam que os estudantes que replicam práticas racistas com frequência no contexto escolar e social o fazem, por serem desprovidos do conhecimento básico necessário para identificá-las e combatê-las.

Palavras-chave: Importância, Educação Antirracista, Combate, Racismo Estrutural

INTRODUÇÃO

No Brasil, a luta por equidade racial no contexto escolar é uma pauta urgente, visto ser a escola a instituição responsável pela formação integral dos estudantes, com foco na abordagem de conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais (ZABALA, 1998).

¹Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e professora Assistente do curso Letras Português, da Faculdade de Educação, Ciências e Arte, da Universidade Estadual do Ceará - UECE, cicera.agostinho@uece.br;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE, dezangelaaguiarmoreira@gmail.com;

³ Doutoranda do Curso de Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, marciafranca60@yahoo.com.br

O trabalho com foco na abordagem de conhecimentos conceituais é importante, por ser o conceito a base do conhecimento, no entanto não é suficiente para garantir a formação plena dos estudantes do Ensino Médio, que precisam aplicar, colocar em prática, os conhecimentos conceituais trabalhados pela escola.

Essas duas dimensões do conhecimento são muito importantes, mas o processo educacional precisa comportar também a terceira dimensão, que trata dos conhecimentos atitudinais. Trabalhar com esse foco, conforme Zabala (1999), implica em colocar em prática os conhecimentos adquiridos por meio da abordagem conceitual.

Diante dos eventos pontuais de preconceito racial identificados na rotina escolar, a equipe gestora e os profissionais da educação da Escola Estadual de Educação Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca elaboraram uma agenda anual com atividades mensais, que tratam dos enfrentamentos de práticas de racismo pela população afro-brasileira.

Essa iniciativa se pauta na necessidade de inserirmos a luta por equidade racial na agenda permanente de atividades de instituições escolares, cujo foco não se centra apenas no domínio de conhecimentos conceituais, mas que prima pela mudança de atitudes no âmbito de problemas sociais críticos a exemplo do preconceito racial.

Este artigo se organiza nas seguintes seções: uma abordagem metodológica, que trata da caracterização e organização da pesquisa; uma seção teórica, que versa sobre; uma seção de análise, na qual apresentamos e discutimos a pertinência das ações desenvolvidas na Escola Estadual de Educação Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca no âmbito da educação antirracista; e as considerações finais a esse estudo.

METODOLOGIA

A pesquisa em curso é do tipo qualitativa, pois para Creswell (2014), esse tipo de pesquisa contempla um conjunto de práticas que conferem visibilidade a dados e fenômenos representativos, a exemplo de documentos, notas, entrevistas, fotografias, registros e lembretes.

As pesquisas desenvolvidas com base em abordagem qualitativa analisam fenômenos em seu contexto de realização. Assim sendo, este estudo contempla a análise da pertinência das ações concernentes à agenda de atividades antirracistas, em pauta na Escola Estadual de Educação Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, no ano de 2023, coletadas do Plano Jovem de Futuro da instituição.

As ações antirracistas em desenvolvimento na escola fazem parte do Circuito de Gestão, Avanço Contínuo, Equidade Racial e Gestão Pedagógica, coordenado pelo Instituto Unibanco, em curso em escolas da rede pública estadual do Ceará, para fortalecer o cumprimento da Lei

10.639, de 2003, que estabelece que a história e cultura africanas devem integrar o currículo da Educação Básica, na perspectiva de fortalecer a luta e a defesa pela equidade racial, pauta que deve compor o currículo das escolas públicas cearenses.

Trata-se de um estudo de natureza exploratória, pois procura discutir com profundidade as ações da agenda, com base nos constructos teóricos presentes na seção que segue, que discorre acerca de conceitos, resultados e legislação nacional referente à implementação da educação antirracista no cenário educacional brasileiro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Durante séculos, o racismo se processou em território nacional de modo recorrente, sem que houvesse qualquer preocupação por parte dos sujeitos que o cometiam com os prejuízos vivenciados pelas vítimas, apesar de o sentimento de constrangimento e de desrespeito marcar o cotidiano de muitas pessoas que não descendem de etnias europeias.

Como exemplo do racismo estrutural explícito, em textos da literatura nacional, podemos apontar a crônica de Fernando Sabino, na qual o autor trata do fato de ter encontrado em um bar da esquina o tema necessário à produção de sua última crônica, onde um ‘casal de pretos’ celebrava o aniversário da ‘negrinha’⁴, identificada no texto como a filha do casal.

Apesar de o escritor concluir o texto com a afirmação “Assim eu queria minha última crônica: que fosse pura como esse sorriso.”, ao fazer uma referência ao sorriso de satisfação do homem identificado como sendo ‘preto’, pai da ‘negrinha’, cuja celebração de aniversário serviu de tema à produção, ele não manifesta nenhuma preocupação ou reserva mediante o uso de expressões racistas, que se repetem ao longo do texto literário em pauta.

Esse fato é corriqueiro e demonstra o quão os sujeitos da população brasileira, que não carregam traços dos povos europeus, principalmente os afro-brasileiros, estão vulneráveis às vivências que se configuram como preconceito racial, impedindo o povo negro de assumir sua própria identidade.

De acordo com Almeida (2019, p. 19):

A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça.

⁴ As aspas simples neste texto é um recurso utilizado pelas autoras do artigo para conferir ênfase à termos e expressões de cunho racista.

O conceito de discriminação racial trazido de Almeida (2019) aponta essa ação como consequência de tratamento diferente para sujeitos que pertencem a grupos que passam por um processo de identificação racial. Tal ação é dispensável, visto que do ponto de vista geográfico as raças têm origem distintas, mas do ponto de vista humano são iguais.

A discriminação racial, ainda segundo Almeida (2019) encontra-se associada às estruturas de poder presentes na organização social, sendo a força das populações brancas usadas geralmente para tentar subordinar e explorar povos de outras etnias, a exemplo dos negros, oriundos do continente africano.

As instituições educacionais podem se constituir como contextos em que a perpetuação do preconceito racial seja reduzida, desde que as ações realizadas não dialoguem com a organização curricular de História da África pautada em aspectos mapeados por meio de uma pesquisa, conduzida por Araújo e Maeso (2016), que trata das prioridades desse componente em Portugal, a saber: manutenção de traços da sociedade primitiva relativa ao período Neolítico como referência de origem da humanidade; despolitização do processo de escravização do povo africano em benefício da expansão econômica portuguesa, provocando o apagamento de povos escravizados, incorrendo na tentativa de invisibilidade da dimensão racial do processo de escravidão; apagamento da violência do Estado português em guerras em que os africanos lutam por libertação nacional; e a associação do continente africano sempre ao subdesenvolvimento, fome, pobreza e doenças.

Trata-se de um conjunto de temas importantes que, trabalhados em uma perspectiva eurocêntrica, promove uma tentativa de apagamento dos encontros do povo africano na luta pela continuidade da existência dessa população tão importante para o mundo, apesar de ser constante alvo de práticas desrespeitosas, que incorre na discriminação racial.

Para Fanon (2008), o preconceito é uma das formas disfarçadas do racismo, visto que pode contribuir para a propagação do falso perfil de que “Os pretos são selvagens, estúpidos, analfabetos (FANON, 2008, p. 109).

Por séculos, esses adjetivos pejorativos e desrespeitosos citados por Fanon (2008) foram atribuídos aos afrodescendentes, que realizam encontros múltiplos na luta pela sobrevivência em nosso país, levando-os a negar os traços de sua origem africana.

Essa negação encontra-se atrelada à existência de uma supremacia eurocêntrica, que valoriza exclusivamente as produções e os descendentes de europeus, enquanto as demais etnias, especialmente de origem africanas são constantemente associadas ao desprezível em nosso território.

Em consequência desses fatores, muitos afro-brasileiros utilizam-se de estratégias para negar suas origens, a exemplo de identificar a cor de sua pele como ‘morena’, recurso adotado para esconder sua verdadeira raça, que é de origem afro-brasileira.

De acordo com Santos (2017, p. 98), “[...] o que se reivindica é que, no universo do conhecimento, seja possibilitado a articulação de distintos mundos e narrativas, permitindo um diálogo entre os saberes e culturas”.

Assim sendo, na construção desse mundo marcado pela conexão entre o conhecimento e a cultura, não existe espaço para práticas que reduzam ou minimizem uma raça, como estratégia para conferir supremacia a outra, conforme ocorreu na Alemanha, em que Adolfo Hitler lidera o extermínio de aproximadamente 6 milhões de judeus entre 1933 e 1945.

Situação semelhante ao holocausto europeu ocorreu no continente africano, que se transformou em território para captura e aprisionamento de negros, que foram transportados em condições precárias para serem escravizados em outros territórios, a exemplo do que ocorreu com o processo de escravização de negros no território brasileiro.

As consequências da escravização dos negros no Brasil são inúmeras, de modo que o trabalho com esse assunto não pode se restringir ao conjunto de ações que as escolas realizam por ocasião do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro.

É preciso que a ruptura da abordagem eurocêntrica da nossa história faça parte do currículo escolar, conforme estabelece a Lei 10.639, instituída em 2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394, de 1996, ao estabelecer que a História e Cultura Afro-Brasileira seja incorporada ao currículo das diferentes modalidades e níveis de ensino.

Apesar de essa legislação está em vigência há vinte anos, o trabalho com a cultura afro-brasileira no contexto educacional ainda acontece de modo pontual, a começar pelo lugar que o material didático ocupa no contexto educacional, funcionando como o principal suporte de apoio ao trabalho do professor, e nesse suporte, a abordagem da história africana ainda é narrada sempre do ponto de vista do povo europeu.

Dessa forma, o papel de destaque conferido aos europeus no processo de colonização do Brasil coloca em terceiro plano os africanos, que sempre são categorizados como rudes e resistentes ao processo de dominação imposto por europeus, responsabilizando-os pelo permanente clima de tensão que marca o processo de escravização dos africanos em nosso país.

Em nenhum momento da história abriu-se espaço para que as verdadeiras condições a que estiveram sujeitos os afro-brasileiros estão submetidos, de modo que ao profissionais da educação da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca vem procurando desenvolver um conjunto de ações, na tentativa de resolver esse problema.

Parte dos resultados desse trabalho articulado com a comunidade educativa dessa instituição será abordado em nossa seção de análise, disposta a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O compromisso da comunidade educativa da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca com ações antirracistas ganha força em 2015, conforme aponta Sá (2019), ao relatar os resultados alcançados pela comunidade educativa da instituição ao realizar o projeto interdisciplinar “Nossa Negritude”.

Esse projeto contou com a colaboração de professores Língua Portuguesa, Matemática, História, Sociologia, Geografia, Educação Física e Biologia, que ao longo do ano letivo desenvolveram em parceria um conjunto de investigações acerca dos aspectos implicados nos encontros do povo negro no território nacional, enfatizando que o racismo é um problema atual.

Consideramos importante transcrever de Sá (2019, p. 58) as linhas de pesquisa contempladas pelo projeto Nossa Negritude, realizado em 2015:

Linhas de Pesquisa: projeto *Nossa Negritude*

Componente Curricular	Linha de Pesquisa
Língua Portuguesa	Manifestações linguísticas de origem afrodescendente
Matemática	Transformando informações em dados
Educação Física	Jogos e brincadeiras de origem afrodescendente
História	Religiões de matrizes africanas
Sociologia	Constituição social afrodescendente no Brasil
Geografia	O “lugar” do afrodescendente no território brasileiro
Biologia	Mitos e verdades sobre a constituição genética do povo brasileiro

Fonte: Levantamento realizado pelos autores, com base em registros informais do projeto.

Embora os resultados alcançados por meio da implementação do projeto Nossa Negritude sejam muito relevantes para a comunidade educativa da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, trata-se de uma ação pontual, já que as pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto foram realizadas no horário de Projeto Interdisciplinar, destinado à realização de pesquisas acadêmicas pelos estudantes, orientados por professores, vinculados à premissa da educação profissional cearense “Pesquisa como Princípio Educativo”.

Geralmente, os resultados dessas ações produzem impactos significativos na rotina escolar no curso de sua realização, no entanto depois de um certo período caem no

esquecimento, até porque a cada ano letivo cento e oitenta estudantes adentram e egressam da escola, em virtude do acesso e da conclusão dos cursos profissionais, integrados à formação geral básica, ofertados pela instituição, além do acesso e saída de responsáveis por esses estudantes, que somada à alternância de professores, em virtude do encerramento e início de contratos de trabalho, constituem um público que não participou nem conheceu os resultados das pesquisas desenvolvidas em cada ano letivo.

Nessa perspectiva, a defesa pelo cumprimento do que estabelece a Lei 10.639, de 2003, sempre esteve na pauta anual do processo de formação continuada de professores, por ocasião da atualização curricular da instituição, mas somente no ano letivo de 2023 foi possível inseri-la na pauta permanente de investigações que a escola realiza, no foco no cumprimento do que estabelece o Projeto Político Pedagógico da instituição, que assegura que a partir deste ano letivo será efetivada na instituição uma agenda permanente de atividades antirracistas.

O levantamento das ações a serem implementadas no ano letivo de 2023 baseou-se na agenda realizada no segundo semestre de 2023, em que a cada mês foi realizada uma ou mais ações com foco na no cumprimento da Lei 10.639, de 2003, uma ação oportuna, que contribuiu com a identificação de parte dos eventos e atitudes racistas aos quais a população negra dos diferentes segmentos que integram a comunidade escolar da instituição está submetida no cotidiano.

Na agenda formativa da Semana Pedagógica 2023, a gestora da instituição, a professora Cícera Alves Agostinho de Sá, uma das autoras deste artigo abriu espaço para uma avaliação das ações implementadas em 2022 e apontamento das ações que poderiam integrar a Agenda Antirracista, da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, em 2023.

Nesse contexto dialógico, os professores ressaltaram a urgência de se investir na sistematização curricular de atividades de pesquisa e eventos para socialização dos resultados dos achados com toda a comunidade escolar, quando oportuno, mas especialmente com os estudantes do 1º ano do Ensino Médio que estariam ingressando na escola no início do ano letivo e ainda não teriam sido contemplados com nenhuma atividade dessa natureza.

Diante do exposto, os profissionais da instituição, liderados pelo Professor Coordenador da Área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas elaboraram a agenda que dispomos a seguir para análise, organizada em dois blocos, conforme a definição do calendário de execução, transcritas do plano Jovem de Futuro, da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca.

AGENDA DE ATIVIDADES ANTIRRACISTAS: 1º SEMESTRE/2023



1ª Tarefa: Criação da Comissão do EREER, com participação na WEBINAR: Escola Espaço de Reflexão - O letramento racial e os desafios para uma escola antirracista.

2ª Tarefa: Elaboração e aplicação de Formulário de pesquisa para levantamento de dados relativos ao preconceito e racismo, dentro e fora do espaço escolar.

3ª Tarefa: Mesa Redonda com a participação de convidados externos, tendo como público alvo, estudantes das turmas de 1ºs ano, da Educação Profissional.

Seguindo uma orientação da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, a atividade de abertura da Agenda Antirracista consistiu na definição dos representantes dos diferentes segmentos educacionais para compor a comissão Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), no mês de abril de 2023, constituída por um representante do núcleo gestor, dos professores, dos estudantes e dos funcionários. Essa comissão passa a ser o grupo de referência para a gestão dos eventos de racismo ocorridos da escola, como também está apto a sugerir ações que possam contribuir com a redução dos eventos de racismo e preconceito no contexto escolar.

A atividade inicial dessa comissão em 2023 consistiu em participar da Webinar virtual Escola Espaço de Reflexão, que tratou da urgência de as escolas investirem no letramento racial da comunidade escolar, como estratégia de prevenção ao preconceito. Após a participação na atividade virtual, a gestora da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca realizou uma atividade coletiva para toda a comunidade escolar, na qual a comissão EREER e sua pauta de trabalho foi apresentada e discutida.

Em maio, os professores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em parceria com a equipe EREER elaboraram e aplicaram um questionário que trata da apropriação de conceitos e de vivências diretas e/ou indiretas que se configuram como práticas racistas, no contexto da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca.

Antes de mobilizar a comunidade escolar para colaborar com a pesquisa, a equipe realizou um encontro no auditório com as turmas de 1º ano para explicar o teor das perguntas para evitar que colaboradores omitissem informações sobre sua raça, já que de acordo com Fanon (2008), à população negra é sempre dispensado adjetivos que se configuram como desprezo e desrespeito, a exemplo de tratá-los como burros e selvagens.

Os resultados dessa pesquisa foram discutidos em sala de aula, pelo professor de Sociologia, considerando a pertinência e urgência de inserir na pauta curricular da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas mapeamento racial da escola e os fatores que motivam parte dos participantes a omitir sua identidade racial em uma atividade dessa natureza.

Já o mês de junho foi marcado pela realização de uma mesa redonda, na qual a professora gestora da Escola Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral Dona Antônia Lindalva de Moraes discorreu sobre os eventos de violência e de extermínio aos quais os afro-brasileiros milagrenses estiveram expostos no século passado e na contemporaneidade. Colaborou também nesta atividade, uma professora das professoras de Língua Portuguesa da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, que discorreu sobre as marcas do racismo vivenciado ao longo de sua infância e adolescência, que contribuem para a tentativa de apagamento dos traços afros aspectos físicos. Participou ainda da atividade uma estudante do 2º ano do Curso Técnico em Informática que discorreu sobre a importância do trabalho realizado pela Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca na perspectiva de combater o preconceito racial, contribuindo com a equidade racial.

As ações realizadas no 2º semestre de 2023 estão disponíveis para análise.

AGENDA DE ATIVIDADES ANTIRRACISTAS: 2º SEMESTRE/2023

4ª Tarefa: Parada da Leitura - Leituras de artigos e textos científicos voltados para o tema Equidade Racial, envolvendo todas as turmas da escola, concomitantemente.

5ª Tarefa: Entrevistas com estudantes, professores e demais segmentos da comunidade Escolar sobre o conhecimento e combate às práticas racistas no cotidiano.

6ª Tarefa: Roda de conversa com homens e mulheres negras da sociedade milagrense, que constroem trajetórias de luta, ocupando funções de liderança nos diferentes setores.

7ª Tarefa: Realização de um conjunto de atividades formativas e culturais com foco no movimento da Consciência Negra, por meio de palestras, rodas de conversa, desfile, esquetes teatrais, estudo do histórico e apresentação da Congada de Milagres-CE.

No mês de agosto, a agenda antirracista da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca foi contemplada na realização da Parada da Leitura, uma atividade da agenda permanente de ações da escola, com foco na formação crítica de leitores, na qual foram contemplados textos de diferentes campos de atuação que tratam do tema, fortalecendo o letramento racial.

Em setembro, o investimento em entrevistas com homens e mulheres negras de Milagres-CE que ocupam funções de liderança em diferentes segmentos do setor público, privado, filantrópico e não governamental possibilita um diálogo com o público externo da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, no qual os colaboradores tratam dos desafios enfrentados no exercício das funções que desempenham, além de mencionar as práticas

discriminatórias que vivenciam, embora ocupem exercam papel de liderança em diferentes setores.

O mês de outubro foi marcado pela realização de uma segunda rodada de Roda de Conversa, agora com a participação de pessoas da comunidade, que adentram o espaço da escola para compartilhar suas experiências e vivências no contexto social marcado pelo preconceito racial e discriminação. Trata-se de uma atividade importante, pois os colaboradores são pessoas comuns, que ocupam os espaços privilegiados da escola quando essa se prepara para conhecer a trajetória desses homens e mulheres que são vítimas do preconceito racial, que tenta diminuí-los socialmente.

Em novembro, por ocasião de ser o mês em que se situa o Dia da Consciência Negra, o investimento em palestras, atividades artísticas e culturais fazem parte da agenda antirracista da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, uma vez que as atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo, contribuem com o enfraquecimento da discriminação racial, que segundo Almeida (2019) consiste no tratamento diferenciado de membros de grupos racialmente identificados.

Nessa perspectiva, as atividades desenvolvidas pela comunidade educativa em novembro estão distantes das ações pontuais que podem ocorrer nas escolas em virtude da existência do Dia da Consciência Negra, uma vez que essas ações de letramento racial e orientação ao combate ao racismo fazem parte da agenda permanente de atividades da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca, que luta pela equidade racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de fatores positivos e negativos acerca de um problema para uma tomada de posição baseada conceitos e fatores que contemplam uma perspectiva geral reside na premissa adotada pela comunidade escolar da Escola Profissional Irmã Ana Zélia da Fonseca no processo de implementação da agenda antirracista apresentada e discutida na seção anterior, iniciativa relevante no processo de luta em prol da equidade racial na instituição.

As ações implementadas, além de garantir o acesso ao saber sistematizado sobre os enfrentamentos do povo africano no processo de escravização ao que foi submetido em nosso território, corrobora para que a comunidade escolar se torne sensível ao problema, incorrendo no envolvimento afetivo dos sujeitos implicados no processo, corroborando com a avaliação crítica da atuação de cada sujeito partícipe desse processo.

Além disso, a promoção de atividades em parceria com diferentes setores da sociedade milagrense para discutir o racismo fortalece a função social da escola, cujo papel não se restringe em garantir o acesso ao saber elaborado, mas atuar na perspectiva de colaborar com a construção de uma sociedade menos desigual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9.394. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 14 nov. 2023

BRASIL. Lei 10.639. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs Acesso em: 11 nov. 2023.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo - Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ARAÚJO, M.; MAESO, S. **Os contornos do eurocentrismo**: raça, história e textos políticos. Coimbra: Almedina, 2016.

CRESWELL, J. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: Escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: Editora EDUFBA, 2008.

SÁ, C. A. A. **Juventude e Afrodescendência**: uma experiência exitosa de aplicabilidade da Lei 10.639/2003. In: ANAIS DO X CONGRESSO INTERNACIONAL ARTEFATOS DA CULTURA NEGRA, 2019, Crato-CE. Caderno de Anais, 2019, p. 52-62.

SANTOS, G. A. O. Psicologia fenomenológico-existencial e pensamento decolonial: um diálogo necessário. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 9, n. 3, p. 93-109, 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912017000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 12 nov. 2023.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZABALA, A. **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. Porto Alegre: Artmed, 1999.